

Fernando Molica

A guerrilha urbana que prosperou

Justiça seja feita aos traficantes e milicianos que infestam e ameaçam implodir o país: eles põem no chinelo a atuação dos grupos radicais de esquerda que, durante a ditadura, tentaram implantar focos guerrilheiros no país.

Tais organizações jamais conseguiram dominar fatias do território nacional, nem mesmo bloquear com ônibus importantes vias de cidades como o Rio de Janeiro.

As ações mais visíveis desses grupos, como assaltos a bancos e roubos de armas e explosivos, não se constituíram em atos de guerra, mas de levantamento de fundos e de material para futuras batalhas. Os sequestros de diplomatas tinham o objetivo de libertar presos políticos submetidos à tortura.

A guerrilha do Araguaia foi sufocada ainda em sua fase embrionária. Tropas do Exército não economizaram na hora de matar e sequestrar integrantes do PCdoB e moradores da região, acusados de colaborar com os guerrilheiros — as vítimas locais não tinham a menor ideia de

que os “paulistas”, como eram chamados, tinham ido fazer por lá.

Não vale dizer que a democracia e o respeito aos direitos humanos impedem que a polícia de hoje faça o mesmo trabalho sujo dos militares nos anos 1960 e 1970. Como ressalta o jornalista Elio Gaspari, durante a ditadura, as Forças Armadas copiaram a brutalidade do aparelho policial brasileiro.

A resiliência e o crescimento das mais variadas quadrilhas e organizações criminosas entre nós reforçam que a violência de agentes do Estado não é eficaz no combate aos tantos bandidos que agem em nosso país.

É mais razoável apostar em outro caminho: os que pegaram em armas para lutar contra a ditadura e implantar o socialismo pela via revolucionária eram adversários dos que controlavam o Estado. Representavam uma ameaça aos militares e aos seus cúmplices civis, como os empresários que financiaram a expansão da rede de torturas.

Já os traficantes e milicianos de hoje — para ficarmos em ape-

nas duas das especialidades criminosas — atuam em colaboração com integrantes do Estado, não apenas policiais. Seria impossível que conquistassem tanta força, que acumulassem tantas armas e amealhassem tanto dinheiro sem a cumplicidade de representantes do poder convencional.

O suborno de um policial de rua é apenas a face visível e menor de esquemas grandiosos que corrompem a estrutura institucional brasileira. A implantação das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) em favelas cariocas provou o óbvio: o Estado era mais do que capaz de retomar territórios dominados por traficantes. Para isso sequer houve necessidade de grandes tiroteiros, bastava aplicar o conceito da dissuasão.

O projeto das UPPs acabou perdido pelo viés político-eleitoral e pelo renovado compromisso do Brasil com a exclusão social e pela tradicional parceria com o crime — é sempre relevante lembrar que muitas das grandes fortunas de nosso país foram formadas pelo tráfico de escravizados.

A atuação dos bicheiros, em

particular, os do Rio, chega a ser caricatural, tamanho seu caráter didático na exposição de como o crime se infiltrou no Estado e tomou muitas de suas rédeas.

Em torno de algo lúdico e popular, foi criada uma rede de cumplicidade que corroe boa parte da polícia, que naturalizou a corrupção, que se consolidou nos três poderes e criou laços com a iniciativa privada. Não se pode folclorizar uma atividade que, desde o início, promove incontáveis homicídios na dissuta pelo poder.

O Brasil corre o risco de, em pouco tempo, virar uma grande Nilópolis, cidade da Baixada Fluminense onde, desde os anos 1970, integrantes ou representantes da família do bicheiro Aniz Abrão David, o Anísio da Beija-Flor, praticamente se revezam no comando da prefeitura.

Não por acaso, o chefe do clã e outros integrantes da chamada cúpula da contravenção foram defensores e parceiros da ditadura — integram, desde então, um núcleo da guerrilha que vem dando certo.

EDITORIAL

O famoso ‘jeitinho brasileiro’

Quem nunca ouviu falar no tal ‘jeitinho brasileiro’? A capacidade de “se virar” perante uma situação complicada, mas... Que só o brasileiro sabe como sair dela. Geralmente, sem qualquer tipo de planejamento e absolutamente na base da improvisação.

Fato é que o jeito brasileiro, seja para o bem ou para o mal, é intrínseco à sociedade brasileira. No entanto, é válido ressaltar que nem sempre esta prática reflete o ideal de sociedade que deveríamos estar empenhados para construir. E aqui não se trata de utopia. E sim de valores indispensáveis para a construção de um país justo e minimamente capaz de proporcionar maior qualidade de vida à população.

É impossível não tratarmos de uma mudança estrutural de conceitos, uma ruptura de paradigmas que hoje se norteiam na base de uma “malandragem” nociva, que desvirtua o país e faz com que tenhamos uma classe política (com honrosas exceções) que reflete o comportamento da maioria do eleitorado.

O pleito eleitoral do dia 06 de outubro, com inúmeros relatos e denúncias de compra

de votos, sinaliza que há décadas, uma parcela considerável dos cidadãos vem colocando em prática o tal ‘jeitinho’, até na hora de votar. Já está um exemplo de que o jeito brasileiro pode despertar uma esperteza momentânea, em que o eleitor leva determinada quantia em dinheiro para votar em um candidato específico. Mas a dita “esperteza” é tão logo passageira, pois serão 4 anos de sofrimento para os que se julgaram tão espertos. Venderam o voto, e não terão moral e credibilidade para cobrar melhorias para a região em que vivem.

A boa malandragem não pode prejudicar a si próprio e muito menos o coletivo. Quem vende o voto, na verdade paga de “mané”, considerando os prejuízos que terá através da condução de administradores públicos irresponsáveis e incompetentes, além de desonestos. Igualmente um poder Legislativo omissivo, inerte e complacente com os atos escabrosos do Executivo.

O jeito que precisamos aprender (e aí sim seremos espertos), é o da empatia. É a capacidade em se colocar no lugar do outro e pensar não no próprio umbigo, mas na coletividade.

André Naves*

Por uma política econômica inclusiva!

O Brasil é um país de potencial extraordinário. Sua vasta extensão territorial o posiciona como uma das nações mais ricas em recursos naturais do mundo, abrigando diversos biomas, entre eles, a Amazônia e a chamada Amazônia Azul, que correspondem ao mar territorial do país, com sua imensa biodiversidade.

Essa riqueza natural proporciona uma base sólida para o desenvolvimento bioeconômico, criando um ambiente favorável para inovações científicas e tecnológicas. Além disso, a imensa população brasileira, somada à alta disposição para o consumo, torna o mercado interno uma força de atração para investimentos, com potencial para alavancar a economia nacional.

Um ponto de destaque é a compatibilidade da população brasileira com as novas tecnologias. Historicamente, o Brasil tem demonstrado uma capacidade impressionante de rápida adaptação às inovações tecnológicas, como visto no uso massivo de smartphones, serviços financeiros digitais, e-commerce, e o crescente interesse pela inteligência artificial e automação.

Não por acaso, cientistas brasileiros estão frequentemente presentes nas equipes que desenvolvem importantes inovações globais, desempenhando papéis de destaque devido à criatividade latente e à capacidade de solução de problemas que os caracteriza. Esse ambiente favorável à inovação e ao consumo, somado aos recursos naturais pujantes, posiciona o Brasil como um destino

atraente para investimentos internacionais em um cenário geopolítico em transformação.

Fenômenos como o “friendlyshoring”, em que indústrias buscam países ideologicamente alinhados, o “nearshoring”, que prioriza nações próximas dos principais mercados consumidores, e o “powershoring”, que beneficia países com fontes abundantes de energia renovável, fazem do Brasil uma peça central na nova configuração global de investimentos.

O país não apenas atende a esses requisitos, como também oferece uma posição geográfica estratégica, recursos energéticos renováveis em abundância e um ambiente ideológico estável, quando comparado a outros países emergentes. Contudo, o Brasil enfrenta contradições sociais profundas, que exigem um olhar atento para o desenvolvimento inclusivo. Os déficits em áreas fundamentais, como educação, saneamento básico, saúde, qualificação do mercado de trabalho e inovação tecnológica, revelam a necessidade urgente de investimentos públicos robustos, que podem – e devem – ser realizados em conjunto com a iniciativa privada.

Um desenvolvimento inclusivo exige políticas econômicas que estejam alinhadas com a superação dessas disparidades, garantindo que o crescimento econômico esteja acompanhado pela melhoria da qualidade de vida da população e pela criação de uma sociedade mais justa e equitativa.

Esses investimentos inclusivos devem, no entanto, ser contextualizados em um cenário

macroeconômico que leve em consideração as particularidades do Brasil. Comparar o país com outras economias emergentes sem atentar para suas especificidades, como sua vasta riqueza natural, potencial de mercado e inovação, é inadequado. Como exemplo, sempre que se analisam as taxas de endividamento em relação ao PIB, o que realmente importa não é a taxa em si, mas sim a capacidade de rolagem dessa dívida ao longo do tempo.

O Brasil, com seus vastos recursos e potencial econômico, possui uma margem maior para sustentar níveis de endividamento mais elevados, desde que o ambiente econômico seja favorável ao crescimento e ao investimento. No entanto, as taxas de juros elevadas sufocam a livre iniciativa e desestimulam os investimentos, principalmente aqueles de natureza inclusiva, que são essenciais para reverter os déficits sociais.

O parque industrial brasileiro, que já sofre com a obsolescência, é ainda mais prejudicado por um ambiente de juros altos, o que mantém o Núcleo de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) em níveis baixos. O NUCI mede o quanto da capacidade produtiva de uma economia está sendo efetivamente utilizada. Quando está baixo, significa que a produção está aquém de seu potencial, refletindo uma economia desacelerada e um mercado de trabalho precarizado.

Juros mais baixos, por outro lado, facilitam a realização de investimentos que visam incluir socialmente as populações marginalizadas e revitalizar setores

estratégicos da economia. No médio prazo, essa política levará a um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico e social.

A queda sustentada da inflação, a maior produtividade do mercado de trabalho e o aumento das inovações econômicas e sociais são apenas alguns dos benefícios que podem emergir desse processo. Além disso, uma maior inclusão econômica e social tende a reduzir a conflituosidade social, fortalecendo estruturas sociais sustentáveis, justas e inclusivas.

Portanto, uma política econômica inclusiva, focada em investimentos estratégicos em áreas-chave, pode transformar o Brasil em uma potência global, não apenas em termos econômicos, mas também como sociedade mais justa e igualitária.

O país, com sua combinação única de recursos naturais, população vibrante e disposição para a inovação, está pronto para desempenhar um papel de liderança em um mundo cada vez mais interconectado. Para isso, é necessário um ambiente econômico que favoreça a livre iniciativa e os valores sociais do trabalho, promova investimentos inclusivos e, acima de tudo, ofereça um caminho para o desenvolvimento sustentável e equitativo.

***Defensor Público Federal, especialista em Direitos Humanos, Inclusão Social e Economia Política. Escritor, professor, ganhador do Prêmio Best Seller pelo livro “Caminho - a Beleza é Enxergar”, da Editora UICLAP (@andrenaves.def).**

O oásis de recreação

O Eixão do Lazer se consolidou como um importante espaço de convivência e recreação na capital federal. Com uma extensão de 8,5 km, o Eixão é um viaduto que, aos domingos, transforma-se em um polo de atividades culturais, esportivas e de lazer, fechando as pistas para veículos e abrindo espaço para a população.

A iniciativa visa promover a saúde e o bem-estar da comunidade, oferecendo um ambiente seguro para a prática de esportes, caminhadas e passeios em família. Através de um calendário diversificado de eventos, como feiras de artesanato, apresentações musicais e atividades para crianças, o Eixão do Lazer atrai pessoas de todas as idades, estimulando a interação social e o fortalecimento dos laços comunitários.

Além disso, a sustentabi-

lidade do projeto depende da participação ativa da comunidade e da iniciativa privada. Parcerias podem ser estabelecidas para a realização de eventos e atividades que promovam a cultura local e o empreendedorismo, ampliando o alcance e a diversidade das atrações oferecidas.

O Eixão do Lazer representa uma oportunidade valiosa para a promoção de uma Brasília mais inclusiva e vibrante. Ao proporcionar um espaço de descontração e convivência, o projeto contribui para a qualidade de vida na cidade, ao mesmo tempo em que reafirma a importância da mobilização social em prol de uma cidade mais integrada e saudável. O futuro do Eixão do Lazer dependerá, portanto, do compromisso coletivo em preservar e aprimorar esse espaço vital para a comunidade.

Opinião do leitor

Exoneração em Queimados (RJ)

Vergonhoso ver um secretário municipal ser preso em flagrante por abusar de uma menor dentro de uma vila olímpica. É um escárnio total! Agora até quando este sujeito permanecerá preso (se é que continua)?

João Félix dos Santos
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: PARAGUAI DISCUTE TRATADO DE FRONTEIRAS COM BRASIL

As principais notícias do Correio da Manhã em 18 de outubro de 1929 foram: Câmara do Paraguai discute novo tratado de fronteiras

com o Brasil. Presidente da França diz que Federação de Estados da Europa não é de caráter agressivo contra a América. França está disposta

a conversar com a Inglaterra sobre os tratados de armamentos navais. Conflito entre China e URSS ainda não chegou às vias de fato.

HÁ 75 ANOS: UDN INCLINADA A LANÇAR EDUARDO GOMES À PRESIDÊNCIA

As principais notícias do Correio da Manhã em 18 de outubro de 1949 foram: URSS articula um bloco germano-soviético na ONU

para aprovar a criação da Alemanha Oriental. Comissão de Finanças da Câmara debate a criação de um câmbio múltiplo, para haver desva-

lorização do cruzeiro. Comoção popular faz UDN levar a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes virar realidade no partido.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Direção Executiva: Marcos Salles (Presidente)
comercial.grupocorreiodamanha@gmail.com

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br
Redação: Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, e Rafael Lima
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação)
Leo Delfino (Editor)

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452
Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22775-057
Brasília: ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes -
Brasília - DF - CEP: 71.736-20
www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.